



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 7

Conservação e Manejo da Sociobiodiversidade e Direitos dos Agricultores e Povos e Comunidades Tradicionais



Acordo de pesca da Ilha Saracá, no município de Limoeiro do Ajuru-PA: Uma proposta de intervenção a partir dos recursos pesqueiros

Fishery Agreement of Saracá Island, in the municipality of Limoeiro do Ajuru-PA: A proposal for intervention from the fishing resources

SOUZA, Ana Flávia da Costa^{1,2}; TAVARES, Francinei Bentes^{1,3};
NASCIMENTO, Afonso Welliton de Sousa^{1,4}; CORDEIRO,
Yvens Ely Martins^{1,5}; BALIEIRO, Marciclei Lopes^{1,6}

¹Universidade Federal do Pará - UFPA. Endereço: Rua Manoel de Abreu, S/N. CEP: 68.440-000. Bairro: Mutirão. Abaetetuba-PA; ²aninhacosta46@gmail.com; ³francinei@ufpa.br; ⁴afonsosn@ufpa.br; ⁵yemcordeiro@ufpa.br; ⁶marcicleibalieiro@hotmail.com

Tema Gerador: Conservação e Manejo da Sociobiodiversidade e Direitos dos Agricultores e Povos e Comunidades Tradicionais

Resumo

O presente trabalho é um relato sobre uma experiência de participação na audiência pública sobre os Acordos de Pesca e da abertura da pesca na Ilha Saracá, no município de Limoeiro do Ajuru, situado na região do Baixo Tocantins-PA, na qual foram discutidos os acordos de pesca, os conflitos existentes, as questões sociais e ambientais, a participação social nas organizações, a importância dos órgãos públicos na tentativa de construção de uma alternativa dos impactos sociais e ambientais locais que são prejudiciais aos ribeirinhos. Esses acordos são um conjunto de regras criadas pelos pescadores das localidades ribeirinhas e outras instituições que apoia o controle de pesca da região, como órgãos governamentais e não governamentais. A pesca é uma das principais atividades na comunidade, mas ainda há falta de informações sobre as técnicas de manejo para a realização de estratégias com o intuito de preservar e manter os cardumes, e com isso garantir a renda e a subsistência da comunidade.

Palavras-chave: Acordos de pesca; sustentabilidade; estoques pesqueiros.

Abstract

The work is an account of an experience of participation in the public hearing on the Fisheries Agreements and the opening of fishing on Saracá Island, in the municipality of Limoeiro do Ajuru, in the region of Baixo Tocantins-PA, in which the agreements were discussed Fisheries, existing conflicts, social and environmental issues, social participation in organizations, the importance of public agencies in trying to construct an alternative of local social and environmental impacts that are detrimental to riparians. These agreements are a set of rules created by the fishermen of the riverside localities and other institutions that supports the fishing control of the region, such as governmental and non-governmental organizations. Fishing is the main activity of the community, but there is still a lack of information on the management techniques to carry out strategies to preserve and maintain the fishes, and with that to guarantee the income and the subsistence of the community.

Keywords: Fisheries agreements; sustainability; Fish stocks.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 7

Conservação e Manejo da Sociobiodiversidade e Direitos dos Agricultores e Povos e Comunidades Tradicionais



Introdução

Os problemas enfrentados pelo setor pesqueiro são variados, às vezes interdependentes, entretanto, em linhas gerais, os mais importantes dizem respeito à própria atividade de pesca e, secundariamente, à agricultura e à tecnologia do pescado.

A diminuição de alguns estoques pesqueiros da região já é fato bastante conhecido, tanto pela redução da quantidade como do tamanho de algumas espécies. À parte das implicações político-administrativas, limitações técnicas quanto à infraestrutura e deficiências no manejo, o setor pesqueiro também é vítima das lacunas de conhecimentos técnico-científicos.

Além das dificuldades inerentes a esse setor específico, a pesca, em seu sentido amplo, enfrenta outros problemas relativos à insuficiência de recursos humanos e financeiros e, talvez mais importante, à falta de conscientização dos atores da pesca e da sociedade em geral sobre a real importância da preservação e uso responsável dos recursos pesqueiros e do meio ambiente como um todo.

Este trabalho também abordará uma experiência que tivemos na audiência pública e durante a abertura da pesca que é realizada uma vez a cada ano. Nesse dia podemos ver os métodos adequados de pesca utilizados pelos pescadores, presenciamos a quantidade de peixes que são capturados, e a forma como cada pescador exerce sua função.

Materiais e métodos

Para a construção deste trabalho, foi feito um estudo de caso, por meio da utilização de Metodologias qualitativas (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Assim, foram feitos levantamentos de literatura existente acerca das principais atividades econômicas e pesqueiras exercidas no município de Limoeiro do Ajuru-PA, ocorridas no ano de 2016, através da aplicação de questionários semiestruturados, nos quais foram obtidas informações acerca das atividades produtivas (atividade da pesca), e informações acerca da existência e funcionamento de estratégias de pesca na comunidade visitada, sendo aplicados um total de 5 (cinco) questionários na comunidade de Ilha Saracá, situada em Limoeiro do Ajuru.

Resultados e discussão

Durante os dias 29 de fevereiro e o dia 01 de março de 2016, ocorreu a audiência pública e a abertura da pesca na comunidade de Ilha Saracá. No barracão da Comunidade Cristã do Saracá de Cima, Sagrado Coração de Jesus, realizou-se o início da audiência com uma missa, sendo logo após debatido o tema dos acordos de pesca com



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 7

Conservação e Manejo da Sociobiodiversidade e Direitos dos Agricultores e Povos e Comunidades Tradicionais



as presenças de representantes dos órgãos governamentais e não governamentais, tais como, a Secretária de Pesca no Município de Limoeiro do Ajuru, o presidente do Sindicato dos Pescadores de Limoeiro do Ajuru, um professor da Universidade Federal do Pará UFPA / Campus de Abaetetuba, o presidente da Associação Comunitária da comunidade de Saracá de Cima, o presidente da Cooperativa Mista de Pescadores e Agricultores de Limoeiro do Ajuru, o presidente da Federação dos Sindicatos dos Pescadores do Estado do Pará, o representante do AQUAPARÁ (Associação de Aquicultores e Piscicultores do Estado do Pará), o representante da Comunidade Cristã local da Igreja Católica, e por fim o representante Igreja Adventista.

Os chamados “acordos de pesca” podem ser definidos como formas participativas em que as comunidades ribeirinhas tencionam regulamentar os recursos pesqueiros e restringir as capturas em regiões de várzea da Amazônia [...]. Trata-se de experimentos de participação social que podem ser lidos de diferentes formas, pois podem assumir distintas modalidades que diferem entre si de acordo com as motivações, objetivos sociais, peculiaridades do ecossistema e, sobretudo, pelos diferentes Contextos sociais e institucionais das localidades e comunidades ribeirinhas em que são implementados (SANTOS, 2005, p. 01).

No debate levantaram a questão das informações que devem ser repassadas para os pescadores das comunidades do município de Limoeiro do Ajuru. Algumas pessoas pescam fora do período do defeso (durante o qual os peixes se reproduzem, e que na região do Baixo Tocantins, inclui o período de novembro a fevereiro), usam materiais indevidos para captura dos peixes, sendo este um dos meios de geração de renda e de subsistência dos moradores da comunidade.

O pescado é a principal fonte proteica da população. A pesca não representa somente o principal provedor de proteína para a população, mas também cumpre um papel social importante ao absorver parte da mão de obra ativa do município, auxiliando na redução da taxa de desemprego desta região (FURTADO; BARRA, 2004, p. 80).

Muitos pescadores questionam quais materiais devem ser usados e também o período que deve ser pescado os peixes. A comunidade discutiu que o pescador deve saber utilizar os materiais de pesca devidos e que são citados na regra dos acordos, não fazendo o uso da pesca predatória que ocorre frequentemente na região do Baixo Tocantins.

O dever da comunidade é manter o registro de pesca, a regularização para que não ocorra a suspensão do pagamento do Seguro Defeso (seguro desemprego pago aos pescadores no período do defeso). A comunidade deve contribuir para o auxílio da pre-



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 7

Conservação e Manejo da Sociobiodiversidade e Direitos dos Agricultores e Povos e Comunidades Tradicionais



servação da pesca juntamente com a ajuda do poder público. A ideia é trabalhar com a comunidade, órgãos públicos e universidades para a melhoria dos Acordos de Pesca (BRASIL, 2002), em que todos da comunidade devem respeitar o Acordo de Pesca proposto, que possui regras como: a proibição ou limitação do uso de aparelhos de pesca, como malhadeira, lanterna de carbureto, tamanhos de malhas etc., e de práticas que possam prejudicar o meio ambiente; proibição da pesca no período do defeso, pois é nesse intervalo de tempo que o período reprodutivo das espécies acontece; limitação da quantidade de pescado que se pode capturar por viagem; proibição da pesca em áreas onde os peixes se reproduzem para povoar outras áreas (rios, lagos etc.), reservando estas áreas para servir de criadouro natural. Os acordos também podem estabelecer zonas de pesca, que podem ser: (a) áreas de preservação total, onde é proibido pescar; (b) áreas de preservação temporária, onde a pesca é liberada apenas em determinados meses do ano; (c) áreas de conservação, onde a pesca é permitida de acordo com regras delimitadas pela comunidade local (PROVÁRZEA / IBAMA 2003 *apud* FILGUEIRA; SANTOS, 2006, p. 11).

Para que se tenha êxito na conservação do meio ambiente da região e também na colaboração nas associações dos pescadores todos devem contribuir e buscar parceiras para auxiliar no Acordo de Pesca, com isso trazendo a melhoria das comunidades pobres que sobrevivem da pesca. A ideia da UFPA é discutir e questionar para implementar projetos que auxiliem a comunidade ribeirinha do Baixo Tocantins, trazendo cursos técnicos e superior para a profissionalização dos ribeirinhos, para os mesmos poderem contribuir para a comunidade, que possam trabalhar na conservação do meio ambiente do município e na geração de renda do Baixo Tocantins. Assim:

Quaisquer que sejam as questões ambientais, principalmente aquelas envolvendo a utilização direta do recurso natural, há de se reconhecer que suas resoluções ou controle transcendem as fronteiras e competências do Estado, implicando em mecanismos de controle participativo e responsabilidade social (CERDEIRA, 2009, p. 20).

Havia conflitos na divisa da Ilha do Saracá com o município vizinho de Cametá, mas foi resolvido no início dos anos 2000. Atualmente, o conflito é mais por conta de pessoas que querem pescar na área no período do defeso, sendo que muitos pescadores querem utilizar materiais indevidos na captura dos peixes o que prejudica o desenvolvimento dos cardumes. Ocorre também as disputas pelas comunidades por quererem uma maior captura de peixes, sendo que acabam por utilizar métodos prejudiciais para uma maior captura de peixes.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 7

Conservação e Manejo da Sociobiodiversidade e Direitos dos Agricultores e Povos e Comunidades Tradicionais



O conflito pode não só elevar a concentração de uma unidade já existente, eliminando radicalmente todos os elementos que possam obscurecer a clareza de seus limites com o inimigo, como também pode aproximar pessoas e grupos, que de outra maneira não teriam qualquer relação entre si (SIMMEL, 1983, p. 157).

Para que haja melhoria nos acordos de pesca, os órgãos públicos responsáveis devem contribuir e participarem das audiências públicas dos municípios, pois o Estado também não contribui com a fiscalização das reservas das comunidades. O início do acordo de pesca em Saracá foi muito gratificante, segundo os pescadores capturaram uma quantidade abundante de peixes, podendo garantir uma fonte de alimentação para toda a comunidade. A sugestão é fazer uma organização de médio a longo prazo para que se organizem os acordos e que estes tenham a participação dos órgãos públicos para que este contribua com os gastos da manutenção das áreas de conservação dos estoques, pois na maioria das vezes os pescadores que disponibilizam esses recursos.

A preocupação em reverter este processo vai mais além do controle e manutenção dos recursos naturais na região, pois os pescadores visam buscar garantias de sobrevivência para si e suas famílias. É desse modo que reforçam suas práticas sociais e tentam encontrar mecanismos endógenos que os fortaleçam e permita que os recursos pesqueiros possam ser administrados e apropriados de forma equânime e sustentável. (FILGUEIRA; SANTOS, 2006, p. 10).

Conclusão

Para melhorar a situação que se encontram os acordos de pesca, seria necessário pressionar os órgãos públicos para que estes participem efetivamente das ações na ilha do Saracá e em outras comunidades, e assim possam contribuir na conservação do meio ambiente e nos acordos de pesca, podendo consolidar uma das fontes de renda e de subsistência da localidade.

Como nem todas as comunidades possuem acordos de pesca, onde não há acordos, podem ser promovidas ações de Educação Ambiental, pois “a ação conscientizadora é mútua, envolve capacidade crítica, diálogo, a assimilação de diferentes saberes, e a transformação ativa da realidade e das condições de vida” (LOUREIRO, 2009, p. 29).

Agradecimentos

Ao Programa de Extensão Universitária (PROEXT / MEC), pelo apoio financeiro no âmbito do Programa Teias de Inovação Social, da UFPA.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 7



Conservação e Manejo da Sociobiodiversidade e Direitos dos Agricultores e Povos e Comunidades Tradicionais

Referências bibliográficas

BRASIL. **Instrução Normativa IBAMA nº 29, de 31 de dezembro de 2002**. Disponível em: <www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Instrucao-Normativa-n-29-2002.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2014.

CERDEIRA, R. G. P. **Acordo de Pesca como instrumento de gestão participativa na Amazônia** (Mestrado em Direito Ambiental) – Manaus: Universidade Estadual do Amazonas, 2009.

FILGUEIRA, G. C.; SANTOS, J. N. A. Inovação e práticas endógenas na atividade pesqueira do Baixo Tocantins: uma alternativa face à dificuldade de oferta. In: **Anais...** Fortaleza: XLIV Congresso da SOBER, jul. 2006.

FURTADO, G.; BARRA, J. D. F. **Pescadores artesanais de Cametá: formação histórica, movimentos e construção de novos sujeitos**. Cametá, PA: Novo Tempo, 2004. (Coleção Novo Tempo Cabano; 5).

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental**. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

SANTOS, V. B. Desenvolvimento, pesca artesanal e instituições: o caso do Baixo Tocantins e da região a jusante da UHE Tucuruí. In: **Anais do I Encontro de Ciências Sociais e Barragens**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2005 (no prelo).

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, E. **Georg Simmel**. São Paulo: Ática, 1983.